

**Carta de repúdio**  
**ao cerceamento dos direitos humanos da**  
**comunidade da Ilha de Marambaia**  
**e**  
**à proibição de acesso da sociedade civil organizada e solidária pela promoção do**  
**Desenvolvimento Humano e Sustentável aos ilhéus quilombolas**

**Para:** Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Defesa, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial para promoção da Igualdade Racial, Fundação Cultural Palmares,

**C/C:** INCRA, CNPT/IBAMA, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual (RJ), Comissão de Meio ambiente da ALERJ, Núcleo de direitos Humanos da Procuradoria do Estado, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos dos cidadãos (RJ), Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), Ministério da Educação e Cultura, Prefeitura do Rio de Janeiro.

A comunidade da Marambaia ocupa esta Ilha, no litoral de Mangaratiba, há mais de 100 anos, constituindo um território étnico onde vivem descendentes diretos ou indiretos de negros escravizados que ali aportavam por ser um dos pontos de desembarque do tráfico. Essa população vem enfrentando, nas últimas três décadas, graves violações de seus direitos fundamentais. Tal fato se deve à ação da Marinha de Guerra desde que a ilha foi declarada Área de Interesse Militar, abrigando o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM).

Desde então, sob o arbítrio da Ditadura Militar, e ainda hoje sem regras democráticas implantadas, as 161 famílias moradoras passaram a sofrer com os riscos de treinamentos militares, além de terem perdido praticamente todos os serviços públicos antes oferecidos, assim como postos de trabalho. Foram suprimidos direitos corriqueiros no nosso ordenamento jurídico como o de ir e vir, transporte regular, livre associação social e política, plantio de roças, moradia digna, escola e hospital, privacidade de correspondência, melhoria da qualidade de vida.

Ainda que reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, a partir de laudo antropológico, como *comunidade remanescente de quilombo*, os procedimentos legais para a regularização fundiária da ilha conferindo aos moradores o direito a título coletivo da propriedade da terra ocupada só

pueram ser iniciados pelo INCRA neste último mês de fevereiro, mediante uma liminar judicial, pois a Marinha vem impedindo a entrada dos técnicos do órgão na ilha e, mesmo com a liminar, dificultou a conclusão do trabalho de cadastramento das famílias.

Livres da ação dos senhores escravagistas, esses quilombolas vivem agora sob o jugo dos senhores da guerra, ainda que em tempos pacíficos, conhecendo apenas a face autoritária e arbitrária do poder de Estado.

Argumentos ambientalistas são usados para confundir a já desinformada opinião pública e sustentar uma estratégia de expulsão e de expropriação aos ilhéus do seu direito coletivo à terra. Afirma-se, por exemplo, que os moradores são responsáveis pela degradação da área, omitindo que os treinamentos de guerra, o uso privado da ilha para turismo dos familiares e convidados dos militares - praticando, inclusive, pesca predatória de mergulho -, a destruição e não preservação do patrimônio histórico, e a intensa produção de lixo, é que provocam impactos ambientais. Ao contrário, a atenção ao patrimônio cultural e histórico, a prática de pesca artesanal, obedecendo aos ciclos da reprodução dos pescados, as roças cultivadas com técnicas limpas, o saber tradicional, e os hábitos de consumo dos ilhéus sem quase descarte protegem indubitavelmente o ambiente físico e cultural da ilha. Além disso, postula-se o risco de favelização da Ilha, ignorando que o título concedido a tais comunidades é coletivo e inalienável e que populações tradicionais têm relação sustentável com o território e são receptivas a programas de manejo e uso sustentável do solo. Assim, a segregação que as famílias negras da Marambaia historicamente enfrentam somada à injustiça ambiental a que estão submetidas faz deste um dos mais notáveis casos de racismo ambiental do país.

Agravando tal situação, há um isolamento imposto aos moradores em relação a entidades e atores sociais vinculados à luta pelos direitos humanos, impedidos de entrar na ilha, fato que vem ocorrendo desde dezembro de 2005 com a equipe de Koinonia. Essa entidade é a responsável pelo já concluído laudo antropológico de identificação exigido pela Procuradoria Geral da República, não podendo ingressar atualmente na Ilha para implementar um projeto de Etnodesenvolvimento Quilombola em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Repudiamos os atos da Marinha de Guerra como vestígios anacrônicos do finado regime militar, portanto inconstitucionais e negadores da vigência de um Estado Democrático. Em busca da justiça social e da sustentabilidade de um Estado Democrático, repudiamos a atuação de agentes públicos que reproduzem uma lógica da Doutrina de Segurança Nacional dos amargos tempos da Ditadura Militar e que faz parte, inaceitavelmente, para a população da Marambaia, do seu insuportável cotidiano.

Reivindicamos a implementação imediata do DIREITO COLETIVO À TERRA e dos DIREITOS CIVIS da comunidade da Ilha de Marambaia e sua livre convivência com a sociedade civil organizada e solidária pela promoção do seu Desenvolvimento Humano e Sustentável .

Rio de Janeiro, 06 de março de 2006

### **Assinam**

ABA - Associação Brasileira de Antropologia  
Associação Comunitária Rosa Osório Marques do Quilombo de Morro Alto / RS  
ACQUILERJ – Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro  
Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins - APA-TO - TO  
AMAB – Búzios – RJ  
Amar - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - PR  
Apedema  
APROMAC - Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte - PR  
ARGONAUTAS  
ARQIMAR – Associação de Remanescentes de Quilombos da Marambaia  
Associação de Moradores e Amigos do Horto -Amahor  
Articulação de Mulheres Brasileiras  
Associação de Mulheres Negras de Ivoporangaba/SP  
Associação de Preservação do Meio Ambiente Natural Histórico Paisagístico e  
Associação dos Geógrafos Brasileiros-RJ  
Associação dos Maricultores de Ilha Grande (AMBIG)  
Associação dos Pescadores de São João – RJ  
Bicuda Ecológica  
CAMPÁ - Corporação Ambientalista PanAmazônica - Belém-Pa  
Capina  
Católicas pelo Direito de Decidir  
Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP)  
Centro de Direitos Humanos do Sapopemba "Pablo Gonzales Olalla"  
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)  
Centro de Estudos Ambientais (CEA/RS)  
Centro pelo Direito à Moradia Contra Despejos (COHRE/RS)  
Christian Aid

Colônia Z-10 – Ilha do governador – RJ  
Colônia Z-23 de Búzios – RJ  
Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)  
Comissão Pró-Índio de São Paulo  
Comunidade de terreiro ILE OMIOJUARO – RJ  
Comunidade Quilombola de Presidente Kennedy – ES  
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais  
Quilombolas  
Conselho da Comunidade Negra de Tietê/SP  
Criola  
Cultural Porto Ambiental da cidade de Porto Belo  
DAMGEMT – Defensores Ambientais Gericinó-Mendanha-Tinguá  
Enda Brasil  
FASE Bahia  
Fórum Carajás - São Luís/MA  
Fórum Comunitário de Campo Grande – RJ;  
Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará – CE  
Fundação CEBRAC - DF  
Fondo del Primado para el Socorro y el Desarrollo Mundial (PWRDF) de la Igreja Anglicana  
de Canadá  
GDASI - Grupo de defesa ambiental e social de Itacuruçá/Mangaratiba  
Gesta-UFGM – MG  
Grupo Dandalunga Dumdum/SP  
Grupo de Mulheres Negras Aqualtune/SP  
Grupo de Mulheres Negras Nzinga Mbandi/SP  
Grupo Tortura Nunca Mais  
GT Ambiente AGB-Rio e AGB-Niterói  
HUMANITAS - Organização para Direitos Humanos e Cidadania  
Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)  
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) – DF  
Iser/Assessoria  
Justiça Global  
Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço – RJ  
Memória Lélia Gonzalez  
Movimento Cultura de Rua do Ceará - MCR  
Movimento de Jovens Quilombolas/SP  
Movimento de Resistência e Ecologia  
Movimento dos Pequenos Agricultores/ES  
Nova Pesquisa e Assessoria em Educação  
NUESMAT Núcleo de Educação, Saúde e Meioambiente do Tauajô - Cametá-Pa  
Polis - Inst. de Estudos Formação e Assessoria em Políticas Sociais  
Projeto Brasil Sustentável e Democrático/FASE  
Projeto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (DESC/FASE)  
Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)  
Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP/RJ)  
Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Local Sustentável do Partido dos  
Trabalhadores (Semade)  
Ser Mulher - Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural  
Sindicato dos armadores de pesca – RJ

SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia  
União das entidades de pesca e aquicultura do estado do Rio de Janeiro/RJ  
UNIPOP  
Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo

Pessoas físicas:

1. Alexandro Jesus Santos - RG 04406192-70
2. Aline Lima da Silveira Lage – Mestre em Ciência Ambiental
3. Ana Paula Soares Carvalho – RG 3824802 SSP/SC
4. Andréa Carvalho de Oliveira – RG 10933392-5
5. Andréa Zhouri, GESTA-UFMG
6. Antutérpio Dias Pereira
7. Bernardo Soares Pereira
8. Bianca Santos Matinata RG 37311997-5
9. Branca de S. L. S. Luz
10. Carla Batista, secretaria executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras
11. Clodualdo de Oliveira Lima.
12. Danilo Ferreira de Souza RG 02370.607.0 Detran/RJ
13. Diná da Silva Branchini RG. 6.275.645-X
14. Dirceu Takahiro Adachi RG: 26710511-3
15. Dra. Geisa de Assis Rodrigues
16. Eliana Leite - engenheira agrônoma - 044526440/IPP RJ
17. Emerson Giumbelli, antropólogo, professor da UFRJ
18. Emilia Maria de Souza IFP 2465632-4, Associação de Moradores e Amigos do Horto
19. Everaldo Luis Silva Campinas, SP
20. Fabiano Romes Maciel RG 26.262.781-4 SSP/SP
21. Fernanda Pinto de Almeida, Santos/SP RG 34507191-8
22. Flávia Azevedo – Instituto de Geociências – UFF
23. José Ernesto Alves Grisa
24. Katia Elizabeth Simões dos Santos RG 04519603-7
25. Kátia Geralda Pascoal Fonseca MG - 11 990 331
26. Leonardo dos Santos – comunidade Quilombola em Presidente Kennedy/ES
27. Leonardo Marques Pacheco – Manaus/AM
28. Liza Valença Ramos RG 9777828-0
29. Lizete Bizarro César RG 1001745759-RS
30. Luciana Martin Ferraz RG 29708988-2
31. Luiza Lima
32. Luiz Gonzaga de Souza - RG 9791035
33. Manoela Freire de Oliveira
34. Marcelo Eduardo Pafeiffer Castellanos RG 215719955
35. Márcia Martins RG 19 442 224
36. Marco Antonio Fontes de Sá
37. Margarida Fraga
38. Maria Aparecida de Godoy RG. 6.383.933-7
39. Maria Aparecida de Sá Xavier PPGeo-UFF
40. Maria Jasylene Pena de Abreu – PCE, CCA, Secretaria de Meio Ambiente
41. Desenvolvimento Sustentável/AM
42. Maria Lucia Maldonado Novais RG 2568454-9

43. Maria Luisa SP Jorge – Dept. Biological Sciences (MC 066), University of Illinois – Chicago
44. Mariana Cecchetti RG 09201060-2 IFP
45. Marília Bueno de Araújo Ariza
46. Marisa Camargo
47. Marlise Vinagre Silva - Escola de Serviço Social da UFRJ
48. Mauricio Teixeira Aguiar – Geógrafo MG-6.608.180 044006496-10
49. MVBill
50. Natália A. de Souza Lima - Parintins/AM
51. Paulo Roberto da Silva Procuradoria Regional da República da 3ª Região
52. Raquel Lopes Sinigaglia Caribé Grandó CDS-UNB
53. Renata Couto Moreira M5.507.437
54. Regina Lucia dos Santos RG 9.564.916-5 SSP–SP, Coordenadora municipal do Movimento Negro Unificado da cidade de São Paulo - SP
55. Rev. Ives Vergara Nunes – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Araranguá/SC
56. Ricardo Álvares da Silva RG MG-5.159.136, Antropólogo
57. Rosa Sagaria
58. Sebastião Armando – Diocese Anglicana de Pelotas-RS
59. Simone Raquel Batista Ferreira, doutoranda em geografia (UFF/RJ)
60. Tereza Cristina Maldonado Novaes RG 6.757.883 SSP
61. Thais Alves Marinho, professora
62. Tiago Cisalpino Pinheiro – Economista RG MG-10.704.746
63. Zilnei Carmem de Assis, professora, socióloga, especialista em Políticas Públicas e em História Regional